

Tapa no rosto

O Senado deve votar hoje, em segundo turno, a emenda do senador José Richa que antecipa, de 5 de setembro de 93 para 21 de abril do ano que vem, o plebiscito para decidir sobre o sistema e a forma de governo. Na verdade, do que se cuida é de precipitar para daqui a cinco meses e oito dias o pronunciamento do eleitorado em favor da adoção do parlamentarismo.

Na ronha para disfarçar intenções marotás, por ora é do que se trata. A revisão constitucional, convocada pelo Art. 3º do Ato das Disposições Transitórias, permanece com data inalterada para 5 de outubro de 93, quando a Constituição desprezada estará soprando as velinhas do quinto aniversário.

Hoje deverá ser um dia cheio de atividade e emoção para o Congresso, rotineiramente entediado com a monotonia de suas sessões esvaziadas pela malandragem, que grassa, como epidemia, na fornada de parlamentares gazeteiros de mais baixo rendimento das últimas décadas.

Se as pautas não forem alteradas à última hora, enquanto o Senado estiver batalhando para alcançar os 49 votos favoráveis da exigência constitucional dos três quintos que assegurem a aprovação da emenda antecipadora do plebiscito, esta mesma tarde a Câmara deverá votar a cassação do mandato do deputado Jubes Rabelo, enterrado até o gogó nas trampas do narcotráfico e flagrado como emitente de carteira falsa de assessor parlamentar para o mano envolvido nas mesmas habilidades.

Parecem, à primeira vista, votações tranquilas, deslizando pelo consenso amplamente majoritário. A jogada de puxar o plebiscito para abril de 92 — inspirada pela sofreguidão dos parlamentaristas que vislumbraram excelente oportunidade de revestir a proposta de mudança do sistema de governo com o glaçê açucarado de uma alternativa cautelar para a emergência do agravamento da crise a limites insuporáveis —, abriu caminho no acolhimento, de certo modo, surpreendente, de presidencialistas alarmados com a degringolada do regime e até do presidente Collor de Mello — atraídos pela promessa de encaixar campanha nas aperturas que o infernizam e que passe ao largo do governo.

Quanto à cassação do mandato desse inacreditável representante do desatento eleitorado de Rondônia, o que se imaginava é que se tratava de uma simples questão de tempo para cumprir o preguiçoso rito da tramitação parlamentar.

Pois, há dois dias, na pasmaceira do Congresso sonolento, curtindo a lombeira de sessões mordorrentas, registraram-se sinais de dissimuladas articulações no Senado e na Câmara para alterar as perspectivas das votações de hoje.

Quanto ao plebiscito, pelo visto o governo despertou da sua abulia, alarmando-se com a carga explosiva de risco depositada na emenda Richa. A inocência da antecipação do plebiscito para daqui a cinco meses mascara lance untado de manha. Campanha agora, com o governo em baixa, será uma pauleira só na moleira do presidente, arrastado a teste desestabilizante do governo. E, uma vez aprovado o par-



lamentarismo, nada segurará, na vertigem da impopularidade, a antecipação da revisão constitucional para a mudança imediata do sistema de governo.

É possível que a esperta liderança governista do senador Marco Maciel mexa os pauzinhos para negar quórum ou reúna os presidencialistas tentando impedir que a emenda bise os três quintos de votos favoráveis e naufrague nas águas mansas do segundo turno de votação.

Na Câmara, a manobra é mais rasteira e sórdida. O corporativismo que protege as maroteiras e envolve mordomias no nevoeiro que a todos mistura no mesmo saco de suspeições jamais apuradas, tece na sombra a rede da impunidade. O coitado do Jubes não deve servir de bode expiatório. Que diabo, o mandato é intocável, mesmo coberto de pô.

Não há certezas. Embrulham-se as probabilidades na imprevisibilidade das reações dos plenários do Senado e da Câmara. Tanto pode dar bola como búrica: o Senado pode aprovar o plebiscito em votação conclusiva, encaminhando a emenda à aventura da segunda etapa na Câmara, enterrá-lo na cova de menos de três quintos de votos favoráveis ou adiar a votação; a Câmara talvez casse o Jubes, talvez passe a mão por cima da sua cabeça empoeirada, negando número na trapaça da cumplicidade solidária com todas as traficâncias acobertadas pelo mandato parlamentar.

Seria o caso de botar a boca no trombone e soprar as notas estridentes do alarme. Afinal, o Congresso purga com o Executivo e o Judiciário fase azarenta, de descrédito ofensivo, medida nos índices desqualificantes de rejeição popular.

Pois quando dava impressão que, posto em brios, ensaiava timidos passos na trilha da reabilitação, o perigo de escorregadela deveria mobilizar esforços das lideranças para evitar o infortúnio.

Mas, pensando bem, quem sabe a sacudidela escandalosa da reviravolta no Senado — numa evidência da instabilidade leviana de senhores entrados nos anos, de cabelos brancos, a sugerir a ponderação sensata da idade proactiva e o vexame da Câmara acumpliciada com a falsificação de documento e com o mandato da cocaína —, não produzirá a reação energica que precipite a necessária e urgente reforma da instituição em pandarecos?

Afinal, o choque da verdade pode ser mais eficaz do que a imposta da fingimento. Uma ou duas votações a mais não mudam o perfil do pior Congresso da nossa turbulenta crônica parlamentar. Ele necessita de faxina em regra, a começar pela reformulação dos partidos, da revisão moralizadora da legislação eleitoral, da efetiva disposição de coibir a fraude das urnas e o câncer das campanhas prostituidas pelo dinheiro escuso, do ânimo efetivo de acabar com a madraçaria remunerada, denunciada pela falta de quórum sistemática que inviabiliza votações, entupindo arquivos com o acúmulo de proposições encalhadas.

Jubes Rabelo, inocentado pelo corporativismo, ascenderá à significação de símbolo desse Congresso. Às vezes, um tapa na face chama o sangue que enrubesce o rosto afogado.

E o vermelho, como se sabe, é a cor da vergonha.